



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO**

*"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"*

**CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE BENS  
PELO DISTRITO FEDERAL nº 022/2016 -  
SEPLAG, nos termos do Padrão nº  
07/2012.**

**Processo nº 410.002.575/2016**

**Cláusula Primeira – Das Partes**

O **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, com sede nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.230.476/0001-07, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por **LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS**, portadora da cédula de identidade RG n.º 973748, expedida pela SSP/DF, e inscrita no CPF/MF sob o n.º 490.644.281-15, na qualidade de Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme delegação de competência prevista no artigo 31 do Decreto n.º 32.598, de 15 de dezembro de 2010, referente às Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, e de outro lado a empresa **ESTRELLA DE LUNA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE DECORAÇÃO LTDA - EPP** e nome fantasia **CASA BELLA**, com sede no SEPS 705/905 Bloco B Sala 06, 1º Subsolo - Ed. Empresarial Asa Sul, Brasília - DF, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.513.813-0001/64, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor **CAIO SALES DE LUNA LAGES**, portador da Cédula de Identidade n.º 2444296, SSP/DF, e inscrito no CPF/MF sob o n.º 028.953.911-06, na qualidade de Sócio Administrador.

**Cláusula Segunda – Do Procedimento**

O presente Contrato obedece aos termos do Projeto Básico (fls. 165 a 175), do Edital de Pregão Eletrônico DEMAP n.º 95/2015 – PE nº 81788 (fls. 21-66), da Ata de Registro de Preços BACEN/DEMAP nº 35/2015 do Banco Central do Brasil (fls. 15 a 20), do Termo de Homologação (fls. 67 a 68), do Termo de Adjudicação (fls. 69 a 70), da proposta (fls. 147 a 148), e da Lei nº 8.666/1993.

**Cláusula Terceira – Do Objeto**

O presente contrato tem por objeto o fornecimento e instalação de cortinas tipo rolô, para compor o patrimônio e atender as necessidades da Escola de Governo do Distrito Federal - EGOV, de acordo com as condições estabelecidas no Projeto



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO**

*"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"*

Básico (fls. 165 a 175), no Edital de Pregão Eletrônico DEMAP n.º 95/2015 – PE n.º 81788 (fls. 21 a 66), na Ata de Registro de Preços BACEN/DEMAP n.º 35/2015 do Banco Central do Brasil (fls. 15 a 20), na proposta (fls. 147 a 148), e nos termos da Lei n.º 8.666/1993.

**Cláusula Quarta – Da Forma de Fornecimento**

4.1 A entrega do objeto processar-se-á conforme o Projeto Básico (fls. 165 a 175), o Edital de Pregão Eletrônico DEMAP n.º 95/2015 – PE n.º 81788 (fls. 21 a 66), a Ata de Registro de Preços BACEN/DEMAP n.º 35/2015 do Banco Central do Brasil (fls. 15 a 20), a proposta (fls. 147 a 148), e a Lei n.º 8.666/1993, devidamente justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o Contrato.

4.2 O fornecimento deverá ser efetuado na Escola de Governo do Distrito Federal, situada na SGON Área Especial n.º 01 Quadra 01 - CEP: 70.610-610 - Brasília/DF. Caberá ao fornecedor, entrar em contato com a CONTRATANTE para confirmar o horário de expediente deste, visando prever qualquer transtorno a Administração.

4.3 A Escola de Governo do Distrito Federal procederá com o recebimento de forma provisória, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Projeto Básico, Edital de Contratação e Empenho, e o aceite de forma definitiva, ficará a cargo de servidor técnico designado para execução do objeto, em até 10 (dez) dias do recebimento provisório.

4.4 Será recebido o material:

I– provisoriamente, mediante termo circunstanciado para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

II– definitivamente, mediante termo circunstanciado, após verificar que o material entregue possui todas as características consignadas neste edital, no que tange a quantidade solicitada e qualidade do produto especificada no Edital.

4.4.1 Após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal para efeito de pagamento;

4.4.2 Se a CONTRATADA deixar de entregar o material dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito, aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas pela legislação vigente e neste Edital.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO**

*"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"*

**4.5 Forma de execução para:**

**4.5.1 Data de Início:** a entrega deverá ser feita em até 30 (trinta) dias úteis após recebimento do documento convocatório.

**4.5.2 Os materiais objeto deste Projeto Básico** deverão ter prazo mínimo de garantia de 12 (doze) meses, a contar do seu recebimento definitivo por parte da Comissão de Recebimento.

**Cláusula Quinta – Das Especificações**

A CONTRATATA fornecerá à CONTRATANTE as cortinas tipo rolô em conformidade as especificações abaixo; contudo, todas as medidas propostas admitem uma tolerância de variação de índice entre 2,7% e 3,3% em relação ao fator de abertura de 3%.

**5.1 Metragens**

Levantamento Medição Janelas Escola de Governo – EGOV						
Fachada	Andar	Nº Janela	Comprimento janela	Altura Janela	m²	Observação
NORTE	1º	1	1,50	1,90	2,85	
		2	1,47	1,90	2,793	
		3	1,48	1,90	2,812	
		4	1,50	1,90	2,85	
		5	1,50	1,90	2,85	
		6	1,47	1,90	2,793	
		7	1,48	1,90	2,812	
		8	1,50	1,90	2,85	
		9	1,50	1,90	2,85	
		10	1,47	1,90	2,793	
		11	1,48	1,90	2,812	
		12	1,47	1,90	2,793	
		13	1,45	1,90	2,755	
		14	1,47	1,90	2,793	
		15	1,48	1,90	2,812	
		16	1,48	1,90	2,812	
		17	1,30	1,90	2,47	Sanitário Feminino
		18	1,41	1,90	2,679	
		19	1,36	1,90	2,584	Sanitário Masculino



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,**  
**ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

Levantamento Medição Janelas Escola de Governo – EGOV (continuação)						
Fachada	Andar	Nº Janela	Comprimento janela	Altura Janela	m²	Observação
NORTE	1º	20	1,34	1,90	2,546	
		21	1,31	1,90	2,489	
		22	1,48	1,90	2,812	
		23	1,49	1,90	2,831	
		24	1,57	1,90	2,983	
		25	1,39	1,90	2,641	
		26	1,50	1,90	2,85	
		27	1,49	1,90	2,831	
		28	1,51	1,90	2,869	
		29	1,50	1,90	2,85	
		30	1,49	1,90	2,831	
		31	1,49	1,90	2,831	
		32	1,47	1,90	2,793	
		33	1,45	1,90	2,755	
		34	1,48	1,90	2,812	
		35	1,50	1,90	2,85	
		36	1,50	1,90	2,85	
		37	1,50	1,90	2,85	
		38	1,48	1,90	2,812	
		39	1,50	1,90	2,85	
		40	1,41	1,90	2,679	
OESTE	1º	1	1,06	1,90	2,014	
SUL	1º	1	1,51	1,70	2,567	Persiana com diferença de altura por conta da tubulação
		2	1,48	1,90	2,812	
		3	1,48	1,90	2,812	
		4	1,51	1,90	2,869	
		5	1,51	1,90	2,869	
		6	1,49	1,90	2,831	
		7	1,50	1,90	2,85	
		8	1,51	1,90	2,869	
		9	1,51	1,90	2,869	
		10	1,50	1,90	2,85	
		11	1,49	1,90	2,831	
		12	1,51	1,90	2,869	



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,**  
**ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

Levantamento Medição Janelas Escola de Governo – EGOV (continuação)						
Fachada	Andar	Nº Janela	Comprimento janela	Altura Janela	m²	Observação
SUL	1º	13	1,51	1,90	2,869	
		14	1,48	1,90	2,812	
		15	1,49	1,90	2,831	
		16	1,51	1,90	2,869	
		17	1,51	1,90	2,869	
		18	1,49	1,90	2,831	
		19	1,49	1,90	2,831	
		20	1,37	1,90	2,603	
		21	1,46	1,90	2,774	Sanitário PCD
		22	1,27	1,90	2,413	
		23	1,54	1,90	2,926	Sanitário Secretário Executivo
		24	1,33	1,90	2,527	
		25	1,42	1,90	2,698	
		26	1,47	1,90	2,793	
		27	1,48	1,90	2,812	
		28	1,48	1,90	2,812	
		29	1,52	1,90	2,888	
		30	1,47	1,90	2,793	
		31	1,48	1,90	2,812	
		32	1,47	1,90	2,793	
		33	1,44	1,90	2,736	
		34	1,48	1,90	2,812	
		35	1,48	1,90	2,812	
		36	1,50	1,90	2,85	
		37	1,50	1,90	2,85	
		38	1,48	1,90	2,812	
		39	1,48	1,90	2,812	
		40	1,49	1,70	2,533	Persiana com diferença de altura / tubulação elétrica
LESTE	1º	1	1,06	1,90	2,014	



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,**  
**ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

Levantamento Medição Janelas Escola de Governo – EGOV (continuação)						
Fachada	Andar	Nº Janela	Comprimento janela	Altura Janela	m²	Observação
SUL	Térreo Espaço Raquel de Queiroz	1	1,37	1,90	2,603	
		2	1,30	1,90	2,47	
		3	1,31	1,90	2,489	
		4	1,37	1,90	2,603	
NORTE	Térreo Espaço Raquel de Queiroz	1	1,33	1,90	2,527	Sanitário PCD Feminino
		2	1,20	1,90	2,28	
		1	1,20	1,90	2,28	Sanitário PCD Masculino
		2	1,33	1,90	2,527	
	Térreo	1	1,24	1,90	2,356	Sanitário Masculino
		2	1,30	1,90	2,47	
		1	1,14	1,90	2,166	Sanitário Feminino
		2	1,20	1,90	2,280	
	Térreo Sala 1	1	1,32	1,90	2,508	
		2	1,38	1,90	2,622	
		3	1,32	1,90	2,508	
		4	1,32	1,90	2,508	
		5	1,38	1,90	2,622	
	Térreo Sala 2	1	1,28	1,90	2,432	
		2	1,26	1,90	2,394	
		3	1,38	1,90	2,622	
		4	1,32	1,90	2,508	
		5	1,26	1,90	2,394	
	Térreo Sala 3	1	1,34	1,90	2,546	
		2	1,30	1,90	2,47	
		3	1,36	1,90	2,584	
		4	1,27	1,90	2,413	
TOTAL Nº JANELAS 108			TOTAL M²		291,259	



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO**

*"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"*

Fonte: Gerência de Projetos da DIPLARQ/COARQ/SUAG/SEPLAG.

## 5.2 Especificações

As cortinas tipo rolô a serem fornecidas e instaladas deverão atender às características abaixo especificadas:

- a) Deverão ser fornecidas com ou sem Box;
- b) Deverá ser fabricada com tela de tecido atóxico, com 36% de Fibra de Vidro e 64% de PVC, composição imprópria à propagação de chamas e ao desenvolvimento e proliferação de bactérias;
- c) Garantia de resistência ao fogo: Deve atender à norma NFPA 701-99 Ed.2004;
- d) Certificação: GREENGUARD;
- e) Acionamento manual, confeccionado em plástico reforçado ou em material que apresente resistência equivalente;
- f) Elementos de sustentação superior ou inferior em alumínio extrudado, em cor coordenada com o tecido;
- g) Todos os painéis deverão ser dotados de cabo-guia em fibra sintética de aramida – com 1,4mm de diâmetro (incluído o revestimento em poliéster) em cor coordenada com a tela. A fixação do cabo será feita por meio de peça-canal com trava de segurança, que será encaixada em peça acrílica fixada no piso ou peitoril com emprego de parafuso e bucha apropriada.

## Cláusula Sexta – Do Valor

6.1 O valor total do Contrato é de **R\$ 83.882,88 (oitenta e três mil, oitocentos e oitenta e dois reais e oitenta e oito centavos)**, devendo a importância ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária.

## Cláusula Sétima– Da Dotação Orçamentária

7.1 A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

- I – Unidade Orçamentária: 14.905
- II – Programa de Trabalho: 04.122.6003.4220-0002
- III – Natureza da Despesa: 4.4.90.52
- IV – Fonte de Recursos: 171



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO**

*"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"*

**Cláusula Oitava – Do Pagamento**

8.1 O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

8.2 Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

I – Certidão de Regularidade de débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias (Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa);

II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

III – Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

IV – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (em [www.tst.gov.br](http://www.tst.gov.br)), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011, visando à comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

8.3 O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

8.4 Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

8.5 Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

Se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

8.6 A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei 8.666/1993, de 21 de junho de 1993 e será executada após





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO**

*"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"*

regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86, da Lei 8.666/1993.

8.7 A CONTRATADA com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto, deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF n.º 35, pág.3, de 18/02/2011, alterado pelo Decreto de n.º 36.135/2014, de 12/12/2014.

**Cláusula Nona – Do Prazo de Vigência**

9.1 O Contrato terá vigência de 120 (cento e vinte) dias a partir da data de sua assinatura e sua prorrogação fica condicionada ao interesse da Administração, desde que satisfaça as exigências previstas na legislação.

9.2 O término da vigência não exclui da CONTRATADA as responsabilidades (de garantia e assistência) referentes ao Objeto contratado.

**Cláusula Décima – Da garantia**

10.1 A Contratada deverá apresentar junto com a documentação exigida, o Termo de Garantia do Produto, conforme o Projeto Básico (fls. 165 a 175), o Edital de Pregão Eletrônico DEMAP n.º 95/2015 – PE n.º 81788 (fls. 21 a 66), a Ata de Registro de Preços BACEN/DEMAP n.º 35/2015 do Banco Central do Brasil (fls. 15 a 20), e a proposta (fls. 147 a 148);

10.2 A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, o atendimento deverá ser no local da entrega, sendo realizada pela própria CONTRATADA.

A Contratada deverá respeitar o seguinte prazo:

10.2.1 O Termo de Garantia deverá conter **prazo de garantia não inferior a 12 (doze) meses, conforme** o Projeto Básico (fls. 165 a 175), o Edital de Pregão Eletrônico DEMAP n.º 95/2015 – PE n.º 81788 (fls. 21 a 66), a Ata de Registro de Preços BACEN/DEMAP n.º 35/2015 do Banco Central do Brasil (fls. 15 a 20) e a proposta (fls. 147 a 148).



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO**

*"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"*

10.3 Por ocasião da celebração do contrato, será exigido da CONTRATADA a prestação de uma das seguintes garantias:

I - **caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública**, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004)

II - **seguro-garantia**, mediante cláusula específica de cobertura de eventuais multas e/ou inadimplemento de obrigações contratuais; ou,

III - **fiança bancária**, mediante cláusula de expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827, do Código Civil de 2002;

10.3.1 Caberá ao contratado optar por uma das modalidades de garantia acima, no percentual de **3% (três por cento)** do valor do contrato, correspondendo ao valor de **R\$ 2.516,49 (dois mil, quinhentos e dezesseis reais e quarenta e nove centavos)**, nos termos da Lei n.º 8.666/1993, art. 56, § 2º.

10.3.2 A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da CONTRATADA, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827, do Código Civil de 2002.

10.3.3 Toda e qualquer garantia prestada pela CONTRATADA:

- a) somente poderá ser levantada após a extinção do contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente;
- b) poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;
- c) ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

10.3.4 Sem prejuízo das sanções previstas na lei e no Edital, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da N.E (nota de empenho) emitida.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO**

*"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"*

**Cláusula Décima Primeira– Da responsabilidade do Distrito Federal**

**11.1 Constituem obrigações do Distrito Federal:**

- I- Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa realizar a prestação dos serviços objeto deste Contrato;
- II- Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a prestação do serviço objeto deste Contrato;
- III- Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, objeto do Contrato;
- IV- Assegurar-se de que os preços para a prestação dos serviços, objeto deste Contrato, estão compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir que sejam os mais vantajosos para a Contratante;
- V- Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto deste CONTRATO que venham a ser solicitados pela Contratada; e
- VI- Efetuar o pagamento nas condições e preços adjudicados à Contratada.
- VII- Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com as normas orçamentárias, financeiras e contábeis do Distrito Federal.
- VIII- Designar servidor para recebimento do objeto, que fará o acompanhamento e fiscalização da entrega, sendo responsável pela verificação do cumprimento das cláusulas contratuais;
- IX- Comunicar a empresa Contratada, por escrito, as deficiências porventura verificadas na execução do objeto para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- X- Rejeitar no todo ou em parte os materiais entregues em descordo com as obrigações assumidas pela Contratada;
- XI- Atestar as faturas e providenciar os devidos encaminhamentos, com vistas ao recebimento em almoxarifado e liquidação da despesa;
- XII- Acompanhar os prazos e informar quanto a possíveis atrasos nas entregas;
- XIII- Permitir o acesso às suas instalações quando solicitado pela Contratada, designando um servidor para recebê-la;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO**

*"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"*

XIV- Respeitar os critérios de garantia dos produtos na forma da Lei 8.078/1990, uma vez que a contratante insere-se na qualidade de consumidor final dos insumos, segundo preceitua o art. 2º da supracitada lei;

XV- O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

**Cláusula Décima Segunda – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada**

**12.1 Constituem obrigações da CONTRATADA:**

I- Dar integral cumprimento a sua proposta, a qual passa a integrar este instrumento, independentemente de transcrição;

II- Nos preços cotados deverão ser incluídas todas as despesas com fretes, taxas e quaisquer despesas operacionais;

III- Apresentar os documentos relativos à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista, com fulcro no artigo 27 da Lei 8.666/1993;

IV- Entregar o Objeto dentro do prazo não superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento do instrumento de contrato/nota de empenho, salvo a ocorrência de calamidade pública, perturbação da ordem, greves ou por outro motivo que a SEPLAG venha a aceitar por considerá-lo justo, ficando esses prazos prorrogados, para todos os efeitos contratuais, de tantos dias quantos forem os de duração do obstáculo impeditivo, na forma prevista nesta Cláusula;

V- Substituir o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação por esta Secretaria;

VI- Respeitar os critérios de garantia e troca dos produtos na forma da Lei nº 8.078/1990;

VII- Os materiais entregues em desacordo com o especificado no Projeto Básico (fls. 165 a 175), no Edital de Pregão Eletrônico DEMAP n.º 95/2015 – PE nº 81788 (fls. 155 a 160), na Ata de Registro de Preços BACEN/DEMAP nº 35/2015 do Banco Central do Brasil (fls. 152 a 154), e na proposta (fls. 147 a 148); serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO**

*"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"*

a CONTRATADA a substituí-los sem prejuízo ao prazo constante no inciso IV; Caso a substituição não seja feita dentro do prazo, a CONTRATADA ficará sujeita à multa estabelecida no subitem 14.1.1 – II;

VIII- Recolher os materiais que sejam entregues em desacordo à proposta ou às especificações do Objeto deste Projeto Básico;

IX- Realizar a instalação de todas as cortinas tipo rolô adquiridas, obedecendo ao prazo descrito no inciso IV e nos locais indicados no item 4.2;

X- Arcar com eventuais prejuízos causados na entrega e instalação do material;

XII- Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, a execução do contrato firmado;

XIII- Efetuar o faturamento de acordo com o especificado;

XIV- Efetuar imediata correção das deficiências apontadas pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal quanto ao fornecimento dos serviços contratados;

12.2 A Contratada fica obrigada a apresentar ao Distrito Federal:

I- Garantir a boa qualidade dos produtos fornecidos à Administração, bem como efetuar a imediata substituição, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após a comunicação da Administração, de qualquer produto entregue, que não esteja de acordo com as especificações ou em relação ao qual, posteriormente, não obstante os testes realizados, venha a se constatar qualquer adulteração ou vício;

II- Zelar e garantir a boa qualidade dos produtos fornecidos à Administração, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo poder Público;

III- Cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas ao transporte dos produtos, responsabilizando-se pela qualidade das embalagens que acondicionam o produto;

IV- Responsabilizar-se pelo pagamento de taxas, fretes, seguros, transporte, embalagens e demais encargos decorrentes do fornecimento do objeto deste contrato;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO**

*"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"*

V- Responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;

12.3 Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

12.4 A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

12.5 A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.6 Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços;

12.7 É expressamente proibido o uso de mão de obra infantil, nos termos da Lei Distrital n.º 5.061 de 08 de março de 2013.

**Cláusula Décima Terceira – Da Alteração Contratual**

13.1 Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei n o 8.666/1993, vedada a modificação do objeto.

13.2 Havendo a necessidade da CONTRATANTE, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme § 1º do artigo 65, da Lei nº 8.666/1993.

13.3 A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementar, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

**Cláusula Décima Quarta – Das Penalidades**

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO**

*"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"*

nº 8.666/1993, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

#### **14.1 - Das Espécies**

14.1.1 As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções em conformidade com o Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006 e Decreto nº 35.831/2014, de 19/09/2014:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida para a licitante e/ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

14.1.2 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO**

*"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"*

## **14.2 - Da Advertência**

14.2.1 A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

- I - pela SUBSECRETARIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e
- II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

## **14.3 - Da Multa**

14.3.1 A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

- I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
- II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;
- III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;
- IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/ nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e
- V- 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

14.3.2 A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/1993 e será executada após regular processo





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO**

*"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"*

administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3 do art. 86 da Lei nº 8.666/1993, observada a seguinte ordem:

- I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;
- II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e
- III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

14.3.3 Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

14.3.4 O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

14.3.5 Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

- I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e
- II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

14.3.6 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem 14.1.2 e observado o princípio da proporcionalidade.

14.3.7 Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 14.3.1.

14.3.8 A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem 14.3.1 não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

#### **14.4.-.Da Suspensão**

14.4.1 A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com toda a Administração, e, se aplicada em



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO**

*"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"*

decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

- I- por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela SUBSECRETARIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;
- II- por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;
- III- por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e
- IV- por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:
  - a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
  - b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
  - c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento.

14.4.2 São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

- I- a SUBSECRETARIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório;
- II- o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

14.4.3 A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

14.4.4 O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

**14.5 - Da Declaração de Inidoneidade**



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO**

*"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"*

14.5.1 A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

14.5.2 A declaração de inidoneidade prevista neste item 14.5 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

14.5.3 A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **14.6 - Das Demais Penalidades**

14.6.1 As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela SUBSECRETARIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- I- suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos;
- II- declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 14.5;
- III- aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 14.4.3 e 14.4.4.

14.6.2 As sanções previstas nos subitens 14.4 e 14.5 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais n.º 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

- I- tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II- tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e
- III- demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

#### **14.7 - Do Direito de Defesa**



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO**

*"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"*

14.7.1 É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

14.7.2 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

14.7.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

14.7.4 Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o exaurimento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

- I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;
- II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;
- III - o fundamento legal da sanção aplicada; e
- IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

14.7.5 Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio [www.compras.df.gov.br](http://www.compras.df.gov.br), inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

14.7.6 Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 13.2 e 13.3 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **14.8 - Do Assentamento em Registros**

14.8.1 Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO**

*"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"*

14.8.2 As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

**14.9 - Da Sujeição a Perdas e Danos**

14.9.1 Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas no edital, a contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

**14.10 – Disposições Complementares**

14.10.1 As sanções previstas nos subitens 13.2, 13.3 e 13.4 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante.

14.10.2 Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

**Cláusula Décima Quinta – Da Rescisão**

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observados os dispostos nos arts. 78 e 79 da Lei no 8.666/1993, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**Cláusula Décima Sexta – Dos débitos para com a Fazenda Pública**

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

**Cláusula Décima Sétima – Do Executor**

O Distrito Federal, por meio de Ordem de Serviço, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO**

*"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"*

17.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por executor interno do ajuste, especialmente designado pelo Órgão Requisitante, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, além das atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal;

17.2 Não obstante a Contratada seja única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços definidos no edital e seus anexos, a Contratante reserva-se o direito de exercer a mais ampla fiscalização sobre o objeto contratado, por intermédio de representante especificamente designado, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, podendo:

- I - Sustar a execução de qualquer trabalho que esteja sendo feito em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se torne necessária;
- II - Exigir a substituição de qualquer empregado ou preposto da contratada que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços;
- III - Determinar a reexecução dos serviços realizados com falha, erro ou negligência, lavrando termo de ocorrência do evento;

17.3 O objeto contratado deverá ser entregue conforme o disposto neste contrato e no Termo de Referência (fls. 01 a 06), nos termos da Lei nº 8.666/1993;

17.4 Após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal para efeito de pagamento;

17.5 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do objeto adquirido, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

17.6 O executor/comissão do contrato manterá registros de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou irregularidades observadas, devendo remeter mensalmente, por meio de relatório circunstanciado, essas informações à comissão executora; e

17.7 As providências que ultrapassem a competência do executor serão determinadas pelos seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

**Cláusula Décima Oitava - Da Publicação e do Registro**



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento no órgão interessado, de acordo com o art. 60 da Lei nº 8.666/1993.

**Cláusula Décima Nona – Do Foro**

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

E por estarem assim, justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma para todos os fins de direito.

Brasília/DF, 22 de novembro de 2016.

Pelo Distrito Federal:

**LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS**

Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

Pela Contratada:

**CAIO SALES DE LUNA LAGES**  
Sócio Administrador

Testemunhas:

1.

Nome:  
CPF/MF:

Nome: *Andrea Silva Luz*  
CPF/MF: 694996671-72

Folha nº	260
Processo nº	410.0025751/2016
Rubrica	
Matricula	1746588